

OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA VERSUS O PROBLEMA DA IDENTIDADE

Fernanda Resende Motooka¹
Alexandra Arnold Rodrigues²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa inicialmente foi problematizar processos de institucionalização empregados pelas ciências médicas no tratamento em saúde mental, visto que apresentam danos à constituição identitária singular do sujeito. Por meio do tolhimento do potencial criativo de significações e autoprodução, os processos de institucionalização reduzem a dimensão singular da identidade, uma vez que o sujeito, capaz de romper a normatização proposta pelo processo de institucionalização, é condenado à situação de encarceramento e correção a fim de ser reabilitado ao convívio social. A pesquisa tem caráter exploratório, embasado em uma revisão bibliográfica sobre o tema nas áreas da Psicologia Institucional e Social, Sociologia, Antropologia, Teoria Psicanalítica e Esquizoanálise. O artigo parte das seguintes problemáticas: Quais são as consequências subjetivas dos processos de institucionalização empregados no tratamento de doentes mentais? Como seria possível redefinir a loucura no contexto de uma reforma psiquiátrica, quando ainda não retiramos o estigma do louco, renunciando ao mistério da desrazão para que possamos ampliar as possibilidades de reinserção social? Alguns resultados significativos foram constatados, como o caráter dinâmico em que se constrói a identidade em uma relação dialética de construção homem-sociedade, que, baseada em dimensões afetivas, cognitivas, sociais e subjetivas da identidade, que, associada a funções psicológicas superiores diretamente ligadas a consciência, é alvo de processos de institucionalização. Estes, apesar de necessários à vida em sociedade, são empregados para fins de redução da dimensão singular de sujeito em determinados contextos.

Palavras chaves: Institucionalização. Identidade. Reforma Psiquiátrica. Psicologia Institucional. Singularidade.

¹ Aluna do 6º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014-2015). *E-mail*: fermotooka@gmail.com

² Doutoranda em Memória Social pelo PPGMS/UniRio. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: alexandra.arnold@fae.edu

INTRODUÇÃO

Na tentativa de respaldar processos desinstitucionalizantes frente ao novo contexto de tratamento e doença mental posterior à reforma psiquiátrica³ e ainda considerando as tendências sociais a exclusão da diferença e a situação de desamparo e asilamento do doente mental, pretendemos problematizar os processos de institucionalização que perpassam a constituição identitária do sujeito. Processos estes que, por meio da estigmatização, rotulação e exclusão, reforçam os limites e tolhimento do potencial criativo de autoprodução e hominização do indivíduo (LEONTIEV, 1978).

A institucionalização é responsável pela cristalização de práticas, que transformadas em hábitos são determinadas aos indivíduos que aderem a instituição e passam a reproduzi-las. Através da determinação de funções, o *dever a ser* (GUATTARI; ROLNIK, 1986), a instituição demarca fronteiras para o sujeito se construir em meio ao grupo social.

Aqueles indivíduos que representam uma ameaça ao funcionamento dos processos de institucionalização de adesão e controle de seus participantes conduzem a necessidade de correção de suas práticas em função da “desrazão” que revelam. Essa desrazão é desconhecida dentro do espectro normal admitido pela institucionalização, portanto é mistificada e estigmatizada (GOFFMAN, 1985).

Em sociedade, as instituições costumam mediar a cultura (LEONTIEV, 1978) – forma pela qual o homem se produz enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que produz o meio social onde vive – e determinar as funções sociais a serem desempenhadas pelo indivíduo, bem como produzir as limitações de seu espaço, fragmentando a dimensão performativa da identidade (SILVA, 2000), ou seja, suas potencialidades.

1 A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE

Segundo Moore e Fine (1992), a identidade é uma experiência do *self*⁴, ou seja, corresponde a uma forma singular de se constituir através da vivência com o mundo externo pela percepção sensorial atrelada à consciência⁵.

³ A reforma psiquiátrica brasileira surgiu em meados do século XX, embasada na reforma italiana proposta por Franco Basaglia, em defesa da reestruturação em tratamento psiquiátrico, no Brasil. Foi impulsionada pelo Projeto de Lei nº 3.657, em 1989, pelo deputado Paulo Delgado, e, no ano de 1990, o Brasil tornou-se signatário da Declaração de Caracas, que propõe reestruturação da assistência psiquiátrica; em 2001 foi aprovada a Lei Federal nº 10.216 garantindo os direitos e assistência aos doentes mentais.

⁴ Refere-se à: (1) totalidade da psique; (2) tendência desta a funcionar de maneira ordenada e padronizada, conduzindo a indicações de propósito e ordem; (3) tendência da psique de produzir imagens além do ego; (4) unidade psicológica do bebê humano ao nascimento (MOORE; FINE, 1992).

⁵ Pensamento, intuição da mente de desejos e estados e o conhecimento que o sujeito tem de seu estado e sua relação com o mundo e consigo mesmo, bem como emitir juízo (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Conforme Silva (2000), a identidade então se configura com características singulares em que se é autorreferenciada. Apenas quando nos percebemos diferentes do outro, envolvendo uma negação multideterminada de outras possibilidades de ser, classificamos e categorizamos diferenças e semelhanças que nos constituem e nos tornam singulares.

A identificação também passa por um processo de conscientização corpórea, no qual o indivíduo primeiramente percebe ser independente do outro que o gerou enquanto corpo que, associado a uma série de transformações no seu desenvolvimento físico-cognitivo, tende a autonomia para realização de suas próprias necessidades e experiências na realidade social. Portanto, a conscientização corpórea se revela elemento básico para afirmação da identidade singular e plural.

No entanto, o indivíduo só passa a ter conhecimento de si quando convive com outros indivíduos de um mesmo grupo social que existe objetivamente. Assim, ao mesmo tempo em que se diferencia, *outro indivíduo* identifica-se com alguns aspectos do grupo que o torna pertencente a ele, portanto, o sujeito se diferencia enquanto pessoa e se assemelha enquanto componente de um mesmo grupo:

Então, eu – como qualquer ser humano – participo de uma substância humana, que se realiza como história e sociedade [...]. Contenho uma infinidade de humanidade (o que me faz uma totalidade), que se realiza materialmente de forma contingente ao tempo e ao espaço (físico e social), de tal modo que cada instante de minha existência como indivíduo é um momento de minha concretização (o que me torna parte daquela totalidade), em que sou negado (como totalidade), sendo determinado (como parte); assim, eu existo como negação de mim mesmo, ao mesmo tempo em que o que estou sendo sou eu mesmo. (CIAMPA, 1997, p. 69)

Para Laplanche e Pontalis (2001), a identificação com outros indivíduos e grupos não é uma simples imitação, mas a apropriação baseada na pretensão a uma etiologia comum e relaciona-se à fantasia.

O grupo social é responsável por garantir a etiologia comum, e só existe objetivamente quando estabelece entre seus membros determinadas práticas, valores, ideais, modelos de representação de homem e de mundo que conferem ao grupo uma identidade própria. É através destas características identitárias que nos tornamos reconhecidos e aceitos pelos pares, que pertencemos a um grupo que se classifica e se diferencia dentre outros grupos através da ação, pressupondo uma identidade (CIAMPA, 1997).

O processo de identificação do indivíduo supõe dois processos distintos: o de identificar, corresponder a algo como idêntico ou diferente, implicando processos de diferenciação e classificação; e o de identificar-se, por meio da prática que o indivíduo se inclui ou se exclui na classificação já assimilada (SILVA, 2000).

Para entendermos o processo de constituição da identidade do homem, faz-se necessário contextualizá-lo em um tempo e espaço específicos na relação dialética de produto e produtor da história que modifica a natureza que o cerca através do trabalho, considerando que na base desse processo surgem novos moldes e demandas, as quais modificam as regras de convivência e os valores morais daquele grupo ou sociedade.

A particularidade da consciência na espécie humana fornece condições para que o homem, através do juízo da realidade, reconheça no que lhe é externo a diferença e, com base na diferença reconhecida, o homem estabeleça relações sociais com o outro. A consciência medeia processos psíquicos internos dos indivíduos para que interajam com o meio externo a eles (sociedade) e se constituam enquanto sujeito ao mesmo tempo em que constroem o meio do qual fazem parte, em uma relação dialética.

No século passado, pouco após o aparecimento do livro de Darwin, *A Origem das Espécies*, Engels, sustentando a ideia de uma origem animal do homem, mostrada ao mesmo tempo que o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas às leis sócio-históricas. (LEONTIEV, 1978, p. 261)

A linguagem e os demais sistemas simbólicos que advêm da vida em sociedade, produtos diretos da cultura humana, conferem sentido às práticas e às experiências pessoais, constituintes e potenciais; atuam para classificar o mundo e as relações que se dão em seu interior, bem como proporcionam novos sentidos à experiência, sugerindo a emergência de novas identidades (SILVA, 2000).

Essas representações simbólicas, decorrentes da relação do homem com a cultura, produzem significantes que, permeadas pela consciência individual, são reconhecidas pelo homem como norma universal e generalista, portanto institucionalizadas. Por meio do discurso, ou seja, da fala, é que o indivíduo externaliza seu conteúdo interno (pensamento) ao mundo e, por meio dele, o indivíduo se posiciona e constrói uma autorreferência no grupo que pertence.

Portanto, o aspecto plural⁶ da identidade é sustentado por um conjunto de códigos e símbolos que podem ser considerados elementos que qualificam a pertença de algum grupo social, e também revelam a partilha de crenças e valores com o grupo que, através da institucionalização das práticas, aprimora e fortalece sua organização mantendo-o coeso.

A identidade plural que se expressa no conjunto de representações simbólicas específicas do grupo ao qual o sujeito pertence revela uma dinâmica operacional, pois pressupõe a aprendizagem das representações a priori, portanto pressupõe uma fase cognitiva da constituição da identidade (SILVA, 2000).

⁶ O termo *plural* foi aqui utilizado para dar ênfase à dimensão identitária do indivíduo, uma vez que este se identifica com um grupo na vida em sociedade, e torna-o representante do grupo em meio à sociedade.

A representação é assimilada pelo indivíduo de modo que seu processo psíquico incorpore elementos objetivos da vida social. Então, é a partir da experiência social que o indivíduo se construirá, assimilando ou diferenciando as diversas representações simbólicas e afirmando-as com suas práticas cotidianas, que reforçam e representam a conduta do grupo ao qual o indivíduo pertence.

A linguagem se desenvolve como instrumento de classificação dentre os sistemas de representação, qualificando a diferença e exclusão para a maturação da identidade. A linguagem se apresenta de maneira relacional, depende do que não se enquadra na classificação (fora dela) ao mesmo tempo em que fornece condição para que a classificação exista, delimitando, dessa forma, a identidade e envolvendo negação da semelhança, se comparada a outra identidade (WOODWARD, 2000).

Dentro de um sentido macropolítico, a classificação na qual resulta esse sistema de exclusão reforça-se por meio de uma identidade coletiva expressa em um conjunto de ações, valores, características específicas que perpetuam o grupo classificado, ao mesmo tempo em que nega outro conjunto de ações, valores etc. Como consequência, a linguagem também serve como instrumento de institucionalização. Baremlitt (2002) corrobora com tal ideia ao apontar que o ser humano é capaz de delimitar a estrutura social e sua organização, a fim de conservá-la através da cultura, linguagem e memória.

A linguagem não possui sentido isoladamente, mas adquire valor e se liga a sistemas de poder dentro de uma variedade de outros símbolos. Esses sistemas de poder produzem saberes que são estabelecidos a partir de uma estruturação política e cultural prévia, onde uma minoria intelectual define e determina o acesso aos significados dos sistemas simbólicos (FOUCAULT, 1986; BAREMBLITT, 2002).

Como a cultura e seus subprodutos fornecem substratos para construção identitária e estes estão submetidos à dinâmica social de tendência a transformações, a identidade adquire uma dimensão performativa (SILVA, 2000), pois se estabelece sob um meio variante de diversidade e individualidade cultural, permeada por saberes que fazem parte do meio social. Assim, desloca-se a ênfase do que se é, para o que o sujeito pode vir a ser.

O rótulo configura um produto do processo de classificação e exclusão na constituição identitária; está contido no universo das representações simbólicas sociais em uma estreita ligação com a norma – condição para vida em sociedade; atua como limite, um espectro de aceitabilidade, de forma que o que estiver fora do espectro configura “infração”, desvio, constantemente acompanhado pelas relações de poder e saber que o interpretam e o julgam. Desse modo, incorpora uma série de negações da ordem social institucionalizada que se torna alvo de processos para corrigi-las, de acordo com o problema que causam (TOMASINI, 2006).

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO

As características específicas de um determinado grupo da sociedade que constituem juntamente com sua conduta uma identidade plural necessitam da formalização de suas condutas e das demais representações simbólicas, de maneira que não precisem se enunciar objetivamente no grupo. **Elas então são implícitas aos membros** que têm suas práticas universalizadas a fim de categorizá-las e rotulá-las, apresentando-se para cada segmento de seus membros de maneira **prescrita** (BAREMBLITT, 2002) – a esse fenômeno social que objetiva regular as práticas individuais a nível social intitula-se **institucionalização**.

O fenômeno “institucionalização” está presente em toda sociedade organizada por um Estado com dado meio de produção que determina as relações de trabalho⁷. É, portanto, um fenômeno social – só pode existir onde exista uma organização e divisão mínima de trabalho que surge enquanto necessidade de regulamentar a autoprodução humana, uma vez que o trabalho permite não só a sobrevivência do homem na terra como a modificação da natureza ao mesmo tempo em que cria outra natureza: a social – estabelece-se em um processo dialético de construção de uma realidade objetiva por meio da cultura, a qual universaliza práticas que a constitui e que também é responsável por atribuição da significação da realidade (BAREMBLITT, 2002).

A família é o primeiro grupo social que o indivíduo experimenta. Ela permite a apresentação do indivíduo ao mundo objetificado social secundário, ou seja, à sociedade. A família é responsável por agenciar a produção da identidade do indivíduo enquanto corpo consumidor de sistemas de representações da realidade dentro da sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Essa determinação que o grupo secundário (sociedade) faz ao indivíduo, orientando-o a possibilidades, dentro de um amplo espectro de diversidade, para que o sujeito se constitua em um papel determinado. Em troca, o indivíduo estará aderindo a uma instituição por austeridade – a austeridade não só se refere à condição de sobrevivência como remete ao apelo das instituições para a dimensão afetiva da identidade, uma vez que o indivíduo objetiva nas suas relações interpessoais a aceitação do outro e o reconhecimento de suas práticas, garantindo a identificação plural com o grupo.

⁷ A consequência da organização social do trabalho no sistema capitalista contemporâneo para manutenção de grupo e o processo de singularização e individualização foram analisados pela esquizoanálise no conceito apresentado por Felix Guattari, em *Micropolítica e Cartografia do Desejo* (1986, p.), referindo-se à “subjetivação capitalística”, na qual os homens são reduzidos à condição de suporte de valor, passam a se organizar segundo padrões universais que os serializam e os individualizam, fazendo com que pouco a pouco os indivíduos passem a ser insensibilizados de sua produção enquanto sujeito e anulando os potenciais de subjetivação, bem como de criatividade em sua autoprodução, pois estes precisam se adequar a funções prescritas pela ordem capitalística que produz modos das relações humanas nas representações, fábrica a relação com a natureza, com o corpo, com a produção, a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, aceita-se como ordem que não pode ser alterada sem que se comprometa a organização social.

O indivíduo, enquanto parte do grupo, adere à instituição, reproduzindo suas práticas associadas aos discursos prescritos em troca de acolhimento, do sentimento de *pertença* – portanto, de identificação. A instituição, por sua vez, trabalha com a suposição do eu do indivíduo, direcionando-o as possibilidades de ser, conseqüentemente, tolhendo o potencial performativo da identidade (SILVA, 2000). Essas possibilidades, restritas e embasadas na manutenção da organização social, revelam a existência de uma institucionalização aplicada à identidade, que consiste na expectativa do **eu plural** que terá de ser harmonizado com o **singular**, o que se materializa na prescrição de ser do indivíduo (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006).

A regulamentação da atividade humana, enquanto fim em si mesma, sugere uma relação de dominação e de poder que tem início na linguagem (FOUCAULT, 1986; JACCARD, 1989). Uma vez que se pretende regular a prática, faz-se necessário regular o **significado dela para quem o pratica**, esse significado só é passível pela existência de um conjunto de códigos que o configurem – a **linguagem**.

O devir a ser (GUATTARI; ROLNIK, 1986) é experimentado na determinação social no primeiro ciclo, o familiar, onde lhe são atribuídos pela cultura um conjunto de práticas que o rotulam como filho. Essas práticas são transmitidas por via da linguagem pela função paterna e materna em uma relação vertical de poder.

Essa ordem normativa é replicada pela apropriação da identidade dos indivíduos, o que os torna simples cumpridores de papéis operando com base nos valores pelos quais são socializados. A ação é analisada como produto de processos causais; estes, embora operem na mente dos atores, são considerados inacessíveis e incontroláveis por eles. (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006, p. 53)

Uma vez internalizada a representação simbólica no repertório de significações da realidade que o indivíduo aprende, faz-se desnecessária a criação de novas significações e essa representação o mantém preso a significações cristalizadas, sendo assim uma censura ao potencial criativo que faz do homem produto e produtor de sua própria história.

As ações tornadas habituais, está claro, conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo, embora o significado em questão se torne incluído como rotina em seu acervo geral de conhecimentos, admitindo como certos por ele e sempre à mão para os projetos futuros. (BEGER; LUCKMANN, 2005, p. 78)

A institucionalização depende de três processos: o primeiro é a formação de hábitos que atribuem sentido específico que os configuram e justificam; o segundo é a internalização por parte do indivíduo, alinhar sua experiência singular à significação prescrita pela instituição em troca de austeridade; e por fim, o terceiro processo consiste na reprodução do hábito cristalizado (BERGER; LUCKMANN, 2005).

A cristalização da prática, em forma de hábitos, e a universalização de representações simbólicas, convertidas em linguagem, deixam de ser questionadas ou revisadas e, portanto, instauram relações de poder. No caso, o poder determina a construção de significantes das práticas e dos objetos existentes no meio social, bem como da determinação de função, do **papel a ser desempenhado pelo** indivíduo. Isso só se torna possível pelo processo que torna as ações **reificadas**⁸, ou seja, que seus significantes não necessitem de uma reconstrução, consequência da sua reprodução que é perpassada como inalterável e não passível de mudança para que seja mantida a ordem e o controle sobre a atividade humana.

Uma vez cristalizados, os significados das criações humanas não são mais entendidos como produção humana, mas como elementos constitutivos, inerentes à realidade objetiva, à reificação (BEGER; LUCKMANN, 2005). É a modalidade da consciência em sua plena objetivação.

Internalizadas as ações reificadas de cada indivíduo, é possível predizê-las (BERGER; LUCKMANN, 2005) e a atividade cotidiana que cada um faz se torna trivial e previsível. O fundamento da tipificação da ação é estabilizar as interações sociais, e, uma vez estabilizadas, torna-se possível a divisão do trabalho entre os indivíduos. Essa divisão, por sua vez, com as inovações permeadas por recursos surgidos do trabalho (aprimoramento da transformação da natureza), conduzirá à formação de novos hábitos e ao desenvolvimento de novas atividades e papéis a serem desempenhados (BERGER; LUCKMANN, 2005).

Com a aquisição da historicidade estas formações adquirem também outra qualidade decisiva [...]. Esta qualidade é a objetividade. Isto significa que as instituições que estão cristalizadas [...] são experimentadas como existindo por cima e além dos indivíduos que “acontece” corporifica-las no momento. Em outras palavras, experimentam-se instituições como se possuíssem realidade própria, realidade com o qual os indivíduos se defrontam na condição de fato exterior e coercivo. (BEGER; LUCKMANN, 2005, p. 84)

A linha tênue entre a institucionalização necessária à manutenção da atividade humana e ao mecanismo de controle se encontra na integração dos significados, quando a significação simbólica que o sujeito constrói não está associada à significação simbólica objetificada na sociedade, **institucionalizada**. O sentido objetivo da ordem institucional apresenta-se como dado universal, certo e natural, o problema surge na coerção da interiorização desses significados supostamente universais, absorvidos pelo indivíduo (BERGER; LUCKMANN, 2005).

⁸ Beger e Luckmann (2005) referem-se à elevação dos produtos da atividade humana como se fossem fatos da natureza. Afirmam também que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano e a dialética entre homem produtor e seu produto é reprimida da consciência e que o mundo reificado é um mundo “desumanizado” sobre o qual o homem não percebe que tem controle.

O potencial desvio aparece, uma vez que o indivíduo não corresponde às prescrições do grupo. Aqui surge um problema de ordem objetiva: a necessidade do indivíduo em harmonizar o sentido que dá a sua biografia com o sentido que lhe é atribuído pela sociedade (BEGER; LUCKMANN, 2005).

Dessa forma, podemos afirmar que a consolidação da diferença não só é necessária para compor a identidade, em seu princípio, como é relacional, dentro de um espectro de normalidade que não represente desestabilização da ordem institucional e social. Uma vez que há dissonância entre a subjetividade biográfica do indivíduo e a objetivação de sua singularidade na sociedade, haverá o emprego de mecanismos, por agentes da instituição, a fim de remontar o sujeito à objetivação de sua singularidade.

O mundo institucionalizado constitui a base para o processo de constituição identitária (que neste trabalho chamamos de **plural**) e fornece substrato para que este seja inserido em um grupo congruente e sólido e então constituir uma identidade singular com base na diferenciação do grupo que pertença, classificando e se diferenciando da identidade do grupo.

O mundo institucionalizado não só se revela necessário para a construção da identidade como também se revela o principal “vilão” para a identidade. Nas sociedades, indivíduos são estigmatizados com a loucura e vivem em regime de reclusão e encarceramento institucional e, nessa condição, sofrem consequências diretas e permanentes em sua constituição identitária.

3 A LOUCURA E A LOUCURA INSTITUCIONALIZADA

O louco na sociedade contemporânea goza de determinados “prestígios culturais” (JACCARD, 1989). O louco aqui se apresenta como um horizonte de infinitas experiências singulares das quais pouco se pode traduzir para realidade objetivada em que nos produzimos⁹.

Ao movimento instituinte (transformador) e potencial desestabilizador das práticas (e saberes) regulamentadas, atribui-se o caráter fantasioso da loucura, da associação a condições animais (JACCARD, 1989; FOUCAULT, 1978) que revela um mundo desconhecido de significações, que não pode ser transcrito e reificado na realidade objetiva, pois é próprio daquele indivíduo.

⁹ Felix Guattari (apud GUATTARI; ROLNIK, 1986) apresenta o conceito de revolução molecular como movimento instituinte e de resistência frente aos processos de institucionalização da identidade. O autor denota o processo como “atrevimento de se singularizar, de permitir criar não só condições para a vida coletiva mas também para encarnação da vida para si próprio tanto no campo material quanto subjetivo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 46).

O louco, enquanto movimento instituinte, representa uma frustração ao grupo e a si mesmo diante de um espectro de normalidade da sociedade em que está inserido. A sociedade lhe atribui o rótulo estigmatizante, o papel representado de ser louco, de atestar sua anormalidade projetando, neste, seus próprios desejos reprimidos de reapropriação de sua subjetividade, de romper com a ordem de práticas e símbolos universalizados, de romper com os mecanismos de institucionalização da identidade a que estão diariamente submetidos. Tais projeções fomentam o mecanismo de bode expiatório, conforme aponta Jaccard (1989).

O caráter mítico, investido na imagem do louco pela sociedade, tende a excluí-lo da convivência social (JACCARD, 1989) com a justificativa de preservação da segurança da ordem social – e muitas vezes do próprio louco. Essa exclusão se dá tanto na forma física no encarceramento e isolamento em hospitais psiquiátricos (GOFFMAN, 1974; FOUCAULT, 1978) quanto na dimensão moral, na constituição identitária do sujeito que é estigmatizada (GOFFMAN, 1974).

O louco possui uma *performance* própria e se constrói de maneira independente da realidade objetiva até que seja convencido do estigma que a sociedade atribui. Neste sentido, podemos considerar que o louco em seu potencial criativo de significações expressa sua singularidade através de veículos não normatizados, próprios, caracterizando o que podemos intitular **desinstitucionalização de sua identidade**, até que seja institucionalizado ao ser mandado para uma instituição para doentes mentais, a fim de que seja corrigido seu comportamento “impróprio”.

Consideremos aqui a loucura como um rótulo que corresponde a um quadro de manifestações de um intenso reforço, com frequência inconsciente (JACCARD, 1989) de perda da unidade pessoal, fragmentação do estado afetivo, insegurança nas ações e a privação de liberdade, experiência de desespero, necessidade de autopunição e confusão, resultantes da “cilada” de um ambiente indecifrável e hostil, em que o sujeito se sente sozinho, humilhado e desprezado.

Em compensação, e como os trabalhos de Michel Foucault mostraram, a loucura não deixou de evidenciar uma ligação com a razão, da qual ela é o *outro*: seja ao contestá-la, seja ao configurar essa certeza de morte, essa face as trevas, esse apelo do impulso que a razão se esforça para dominar – e que não se consegue neutralizar. Se há uma verdade da loucura, esta só pode ser trágica – daí a ambiguidade extrema que caracteriza a atitude de todas as sociedades e de todas as culturas para com os loucos. São caçados ou exibidos como a imagem daquilo que ameaça a todos. São presos e privados de todos os direitos. Ou, pelo contrário, tem a palavra quando esta é negada a todos os outros: os bufões dos príncipes e dos reis – e em nossas mediocracias modernas, os artistas. (JACCARD, 1989, p. 13)

O encarceramento da loucura caracteriza a privação de algumas oportunidades de comportamento e o fracasso para acompanhar mudanças sociais no mundo externo, uma vez que sua permanência é longa – o que pode ser explicado com a identificação plural do indivíduo com o grupo no hospital, bem como pela inadequação comportamental admitida pelo rótulo psiquiátrico.

Uma vez que há o retorno com a convivência social ampla, o sujeito demonstra incapacidade de enfrentar aspectos da vida cotidiana, consequência do processo de **desculturamento** (GOFFMAN, 1974), reflexo do tolhimento da hominização (LEONTIEV, 1978). A instituição cria e mantém um tipo específico de tensão entre o que está fora e o que está dentro dos muros e a utilizam como força estratégica de controle.

A **mortificação do eu** (GOFFMAN, 1974), fruto da decorrente modificação na carreira moral do sujeito, ou seja, mudanças na crença na imagem que o sujeito tem de si mesmo e na imagem que os outros têm dele nas relações interpessoais é responsável pela insegurança e incerteza, tanto na constituição singular da identidade, assim como traz implicações nas relações interpessoais.

O caráter de cárcere do modelo de hospitalização implica uma separação entre o sujeito e o mundo mais amplo. Assim, o sujeito não tem uma vida “privada”, isso implica um despojamento de seu papel social, uma ruptura com o meio externo e sua identidade anterior – a violação de um ambiente particular é umas das consequências mais graves da institucionalização, é associada também à reserva de informações sobre o estado do internado pela equipe médica e dirigente (GOFFMAN, 1974).

Conforme Goffmann (1974) aponta, o processo de admissão no hospital simboliza, inicialmente, a nudez ou a **desapropriação** de objetos particulares, representando a ruptura com o eu singular. A mutilação do eu não se dá apenas na perspectiva material de se abster de seus objetos particulares, mas também na perspectiva subjetiva quando ao interno é atribuído uma condição de heteronomia.

Os comportamentos anteriores e recorrentes são registrados em um prontuário que fica à disposição da equipe dirigente que objetiva, durante o internamento, alterar tendências autorreguladoras do internado, fazendo-o confessar a “**culpa**” pelo comportamento anormal, convencendo-o da necessidade de reclusão. O internado então precisa expor novos fatos sobre sua identidade frente à equipe dirigente.

A obediência do internado relaciona-se, ainda, segundo Goffman (1974), ao conceito de **circuito**, um fenômeno que ocorre na hospitalização onde a instituição cria uma resposta defensiva do internado e depois o torna alvo de redefinições e punições, o que garante ao internado instabilidade e insegurança.

A arregimentação também é característica na hospitalização para doentes mentais. Consiste na obrigação do cumprimento de regras ligadas à atividade prescrita (GOFFMAN, 1974). As regras difusas ocorrem dentro de um sistema de autoridade escalonada, qualquer pessoa da equipe dirigente pode aplicar sanções à resistência, o que aumenta a angústia dos internados, dada a constante ameaça de castigo. Essa insegurança instaurada leva o interno a uma submissão ao processo de mortificação de sua singularidade onde a restrição imposta para essa singularidade é substituída pela renúncia dela (GOFFMAN, 1974).

Uma vez institucionalizado, o interno é privado até da autonomia para determinar suas próprias práticas. Toda sua atividade está sujeita a regulamentação prescrita e ao julgamento por parte da instituição, caracterizando uma outra forma de mutilação da singularidade; a violência relacionada a autonomia do ato que o obriga a pedir permissão para realizar atividades que anteriormente poderiam ser realizadas de maneira autônoma (GOFFMAN, 1974, p. 43), isso implica ao internado uma infantilização e dependência de tutela. A perda da possibilidade de escolha pessoal sugere uma insuficiência pessoal que permite que os atos sofram mediações da equipe dirigente e médica.

O sistema de privilégios também é composto pelo castigo, que é representado pela consequência da desobediência, da transgressão à regra. Pode-se aplicar então a recusa temporária ou permanente de privilégios, bem como o direito de tentar conseguí-los (GOFFMAN, 1974). A possibilidade de liberdade futura faz com que o interno submeta-se mais facilmente à prescrição do hospital.

No hospital, a inferioridade das condições de internado alimenta o sentimento de fracasso pessoal que, em resposta, cabe ao internado procurar justificar-se do rebaixamento social, passando a criar histórias e apresentá-las num discurso de vitimização que demonstra o alinhamento de sua identidade com o rótulo estabelecido.

O ócio durante o período de internamento remete à ideia de um tempo perdido. A privação da atividade também é responsável pela mortificação singular, pois o indivíduo, privado do trabalho, não se produz enquanto sujeito numa função singular a ele – está enquadrado no estigma de doente mental. Algumas vezes lhe são proporcionadas atividades ocupacionais com pouco ou nenhum potencial de reapropriação da identidade singular, estando elas muito mais ligadas à alienação da situação real de internado: “Esse tempo é algo que foi posto entre parênteses na vida social do indivíduo. Daí o sentimento de exílio da própria vida” (GOFFMAN, 1974, p. 64).

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa, de caráter qualitativo exploratório, embasou-se na perspectiva dos estudos culturais acerca do tema identidade para fundamentar a análise sobre a dimensão plural da identidade, bem como utilizou a perspectiva da teoria psicanalítica para fundamentar a análise da dimensão singular de identidade, que se revela derivada da dimensão plural, através de um investimento emocional na relação entre os membros de um determinado grupo. A instituição determina a função a ser desempenhada pelo indivíduo, bem como lhe apresenta as possibilidades de vir a ser, de acordo com o interesse de manter a funcionalidade do grupo em uma realidade objetiva.

A perspectiva de estudos antropológicos e sociológicos foi utilizada na análise de instituições, seus mecanismos e implicações funcionais para manutenção da ordem social, bem como suas repercussões para a subjetividade do sujeito institucionalizado e condenado ao encarceramento.

A conseqüente redução da singularidade em detrimento da generalização da dimensão plural identitária do sujeito é explicitada na literatura do campo da psicologia institucional que embasou a reforma psiquiátrica, revelando alto sofrimento e banalização de diagnósticos relacionados à doença mental e concedendo novas diretrizes e ampliação de tratamento como alternativa à institucionalização.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como repensar a reintegração social de um sujeito cuja identidade singular foi mutilada pelos processos de institucionalização – no caso de reclusão em um hospital para doentes mentais?

O estigma e a lacuna na vida do indivíduo frente à alta da hospitalização permanecem na constituição plural da identidade do sujeito. A ausência de responsabilidades civis justificadas pela temporada de tratamento (a loucura vista como uma doença a ser tratada; o internado visto como um objeto cuja fisiologia anormal é entregue ao médico especialista que concertará “algo quebrado”) muitas vezes não são recuperadas e, quando o são, esses indivíduos são estigmatizados pela sociedade que os mantém à margem do grupo social, negando-lhes condições normais de tratamento e implicando sobre eles um julgamento com base em suas práticas passadas. A identificação plural do indivíduo é pautada no estigma.

A reforma psiquiátrica surgiu como movimento instituinte dentro da instituição do saber da psiquiatria moderna. Busca uma redefinição de loucura, suas implicações e formas de tratamentos extramuros, busca também elevar o doente mental à categoria de sujeito (de direitos), que necessita de um acompanhamento médico específico, portador de uma patologia que deveras lhe cause sofrimento, não sendo, no entanto, digno de atribuições de rótulos e exclusão.

Quando os loucos já forem nossos vizinhos, pacíficos e estiver diluída sua singularidade, o que restará da loucura, ou melhor, da dimensão desarrazoada que até hoje tem sido monopólio quase que exclusivo dos próprios loucos? (PELBART, 1989, p. 133)

O louco representa, para a sociedade moderna, o bode expiatório, é quem recebe a incumbência de representar a desrazão – esta não pertence à loucura, mas está contida nela e lhe é atribuída por uma série de saberes psicológicos e psiquiátricos que empregam teorias e técnicas específicas para desvendá-la e tratá-la como algo que precisa de reparos, conforme situa Pelbart (1989).

[...] pois a desrazão não é uma nova tecnologia, muito menos uma ideologia – mas o exercício, no seio do próprio pensar e das práticas sociais, de uma nova forma de relacionar-se com o acaso, com o desconhecido, com a forma e com a ruína. Trata-se de não burocratizar o acaso com causalidades secretas ou cálculo de probabilidade, mas de fazer do acaso um campo de invenção e imprevisibilidade, de não recortar o desconhecido com o bisturi da racionalidade explicativa . [...] Trata-se de um pensamento que não transforma a força em acúmulo, mas a diferença em intensidade. Isso implica naturalmente, inventar uma nova relação entre corpo e linguagem, entre subjetividade e exterioridade, entre os devires e o social, entre o humano e o inumano, entre a percepção e o invisível, entre o desejo e o pensar. (PELBART, 1989, p. 136)

CONCLUSÃO

As instituições presentes na sociedade com a finalidade de regulamentar práticas, formular normas e regras de convívio se mostram necessárias para a vida em sociedade. Em contrapartida, suas consequências se apresentam limitadoras para o sujeito se constituir dentro de uma identidade em meio ao grupo social que pertence, determinando o papel a ser desempenhado em troca da adesão ao grupo.

São as instituições que determinam regras gerais, recursos simbólicos e hábitos a serem adotados por seus integrantes. As instituições não só determinam os papéis como também selecionam quem serão seus representantes, de acordo com a manutenção de interesses que a constitui.

A loucura, nesse caso, revela uma demanda social de exclusão daquilo que se ousa ser em meio a vida social, representando uma ruptura em relação às determinações institucionais da vida em sociedade. Sendo assim, a estes indivíduos cabe um processo de institucionalização ainda mais severo e rígido com a função de corrigir aquilo que se mostra disfuncional ao funcionamento de uma sociedade, disfuncional por representar uma ameaça a determinação geral de hábitos, linguagem, comportamentos, identidade etc.

REFERÊNCIAS

- BAREMBLITT, G. **Compendio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- BEGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A reforma psiquiátrica brasileira e a política de saúde mental**. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/reforma.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.
- CIAMPA, C. A. Identidade. In: LANE, S; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 58-75.
- FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica e cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JACCARD, R. **A loucura**. Petrópolis: Zahar, 1989.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- _____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MOORE, B. E.; FINE, B. D. **Termos e conceitos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PECI, A.; VIEIRA, M. M. F.; CLEGG, S. R. A construção do "Real" e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Revista de Administração contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 51-71, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/840/84010304.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- PELBART, P. P. Manicômio mental: a outra face da clausura. In: LANCETTI, A. **Saúde e loucura**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 130-148. v. 2.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.
- TOMASINI, M. E. A. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Org.). **Sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. 7. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 111-131.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.